## Minuta. REQUERIMENTO № , DE 2014

(Do Sr. Damião Feliciano e outros)

Requer a instituição de Comissão Externa da Câmara dos Deputados, com ônus para esta Casa, para propor ações legislativas e políticas capazes de combater os recentes casos de Racismo, bem como investigar as providências adotadas pelas setores públicos e privados.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a instituição de Comissão Externa, com ônus para a Câmara dos Deputados, para averiguar e apurar os atos de racismo ocorridos dentro e fora do esporte brasileiro, bem como avaliar as providências adotadas pelas autoridades públicas e privadas ligadas aos seguimentos vítimas do crime.

## **JUSTIFICATIVA**

Os recentes casos praticados contra a população negra do Brasil, vem ganhando destaque em todo o cenário nacional. Violência praticada em estádios contra atletas de futebol repercutiram negativamente em todo o país. O crime de racismo está sendo publicamente praticado contra os jogadores de futebol, que são pessoas de destaque, conhecidas e adoradas por grande parte da população brasileira,

imaginemos, então aqueles que não dispõem de notoriedade, como sofrem com a discriminação tão latente nos dias atuais.

Saltam aos olhos a violência do Estado contra a população negra. A pesquisa Participação, Democracia e Racismo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada em outubro de 2013, apontou que, a cada três assassinatos no País, dois vitimam negros.

Segundo a pesquisa, a possibilidade de o negro ser vítima de homicídio no Brasil é maior inclusive em grupos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes. A chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos.

A pesquisa mostra ainda que negros são maiores vítimas de agressão por parte de polícia. A Pesquisa Nacional de Vitimização mostra que em 2009, 6,5% dos negros que sofreram uma agressão tiveram como agressores policiais ou seguranças privados (que muitas vezes são policiais trabalhando nos horários de folga), contra 3,7% dos brancos.

Recentemente, no Estado do Rio de Janeiro, O ator Vinícius Romão de Souza, ficou mais de quinze dias preso por ter sido acusado por uma mulher de a ter assaltado. No registro de ocorrência, o policial militar que fez a prisão afirma que nenhum pertence da vítima foi encontrado com o ator. "No depoimento, o policial disse que o Vinicius tinha passado o material para uma pessoa conhecida como 'Braço', só para justificar a prisão dele, mas não fez nenhuma diligência para procurar essa pessoa", desprezando valores comezinhos aplicáveis ao prosseguimento do inquérito policial que foi a hesitação da vítima em reconhecer o suposto agressor.

Outro caso que chocou o país foi o da auxiliar de serviços gerais Cláudia da Silva Ferreira, 38 anos, morreu após ser baleada no domingo (16/3) durante uma operação no Morro da Congonha, em Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, e ser arrastada por cerca de 250 metros por um carro da Polícia Militar.

Conforme relato do marido da vítima, a mulher foi tratada como "bicho" e que o tiro foi dado contra ela, desmentindo a versão de bala perdida. Claudia era negra e pobre, como a maioria dos negros e negros que perecem pela ação policial.

Tais exemplos faz-nos, lamentavelmente concordar que assiste razão ao relator da ONU. O racismo recrudesce e perpassa as ações do Estado, manifestado nas ações de suas forças de segurança.

No esporte, três casos recentes merecem destaque. São eles a violência praticada pelo jogador Arouca, do Santos Futebol Clube, e Tinga, do Cruzeiro, que foram chamados de "macaco" pelas torcidas rivais, e o do árbitro Márcio Chagas da Silva que foi agredido verbalmente pela torcida, sendo chamado de "macaco" e que "seu lugar é no circo". São fatos inadmissíveis em um Estado Democrático de Direito, onde os princípios da Igualdade e da Liberdade0 são balizadores da Constituição Federal.

A democracia não convive com racismo. Precisamos dar resposta rápida, sermos ágeis e intolerantes com aquele que o pratica. Esta Casa não pode ficar ausente do enfrentamento a esta questão, daí imperativo, a criação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados para viajar aos locais onde forem praticados esses crimes, Inafiançável e Imprescritível, que é o racismo, e investigar junto às autoridades dos estados federativos, as motivações que levam a tal situação e, por fim, propor soluções e deliberar sobre as matérias que tramitam na Casa e que podem ser significativas para o combate ao racismo institucionalizado e na sociedade, para o qual contamos com o apoio de nossos ilustres pares.

Deputado Jean Wyllys

Sala das Sessões, em 07 de abril de 2014.

Deputado Damião Feliciano

Deputado Luiz Alberto

Deputado Assis do Couto

Deputado Eurico Júnior	Deputado Amauri Teixeira
Deputado Tiririca	Deputado Renato Andrade